

João Colombo Agrícola S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas das Demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
João Colombo Agrícola S.A.**
Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da João Colombo Agrícola S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da João Colombo Agrícola S.A. em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de receita é realizada com parte relacionada e coligada Colombo agroindústria S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 03 de junho 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

João Colombo Agrícola S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	42.889	35.411	Fornecedores		-	850
Contas a receber	8	198	99	Impostos e contribuições a recolher		5	5
Outros ativos		<u>118</u>	<u>73</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher	10	5	3
Total do ativo circulante		<u>43.205</u>	<u>35.583</u>	Salários e encargos a recolher		15	21
				Dividendos a pagar	14	9.465	7.700
				Outras obrigações		<u>2</u>	<u>7</u>
Propriedade para Investimentos	9	<u>426.209</u>	<u>425.642</u>	Total do passivo circulante		<u>9.492</u>	<u>8.586</u>
		<u>426.209</u>	<u>425.642</u>				
Total do ativo não circulante		<u>426.209</u>	<u>425.642</u>	Não Circulante			
				Passivo fiscal diferido	10	<u>100.758</u>	<u>100.758</u>
				Total do passivo não circulante		<u>100.758</u>	<u>100.758</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social		129.176	129.176
				Reservas de lucros		34.399	27.116
				Ajustes de avaliação patrimonial		<u>195.589</u>	<u>195.589</u>
						<u>359.164</u>	<u>351.881</u>
Total do ativo		<u><u>469.414</u></u>	<u><u>461.225</u></u>	Total do passivo		<u><u>469.414</u></u>	<u><u>461.225</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	13	<u>40.484</u>	<u>34.522</u>
Lucro bruto		<u>40.484</u>	<u>34.522</u>
Despesas administrativas		(591)	(532)
Outras receitas		<u>-</u>	<u>(849)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>39.893</u>	<u>33.141</u>
Receitas financeiras		1.634	489
Despesas financeiras		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>1.633</u>	<u>488</u>
Resultado antes dos impostos		41.526	33.629
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	<u>(1.674)</u>	<u>(1.202)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(1.674)</u>	<u>(1.202)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>39.852</u>	<u>32.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	39.852	32.427
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente total	<u>39.852</u>	<u>32.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de março de 2022	129.176	2.391	19.007	-	195.589	346.163
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.427	-	32.427
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(19.009)	-	-	(19.009)
Reserva Legal	-	1.621	-	(1.621)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.700)	-	(7.700)
Reserva de retenção de lucro	-	-	23.105	(23.105)	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	129.176	4.012	23.103	-	195.589	351.881
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.852	-	39.852
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(23.103)	-	-	(23.103)
Reserva Legal	-	1.993	-	(1.993)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.466)	-	(9.466)
Reserva de retenção de lucro	-	-	28.394	(28.394)	-	-
Saldos em 31 de março de 2024	129.176	6.005	28.394	-	195.589	359.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		39.852	32.425
Imposto de renda e contribuição social	10	1.674	1.202
Contas a receber		(99)	2.744
Fornecedores		(850)	847
Salários e encargos a recolher		(6)	-
Tributos a recolher		-	(66)
Outros ativos		(45)	-
Outros obrigações		(3)	-
		40.523	37.152
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.675)	(1.280)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		38.848	35.872
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de propriedades para investimento	9	(567)	(120)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos		(567)	(120)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(30.803)	(26.548)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(30.803)	(26.548)
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		7.478	9.204
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	7	35.411	26.207
No fim do exercício	7	42.889	35.411
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		7.478	9.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das Demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A João Colombo Agrícola S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, pertencente ao Grupo Colombo (Angelina Colombo Participações S.A.). A Companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras do Grupo Colombo e a parceria agrícola com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A. visando o fornecimento de cana-de-açúcar para o Grupo. Toda a receita da Companhia é com sua parte relacionada Colombo Agroindústria S.A., portanto essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para a maturação e início de colheita. O período anual de safra da companhia inicia em abril e termina até dezembro.

A Companhia é controlada pela holding Angelina Colombo Participações S.A com participação de 98,20% no capital votante.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pela Administração da Companhia em 03 de junho de 2024.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

4.a.1 Informações de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

5 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2023.

a. Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas:

- (i) Identificação de contratos com clientes;
- (ii) Identificação de obrigações de desempenho nos contratos;
- (iii) Determinação do preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos.
- (v) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

b. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a tributação com base no lucro presumido, em regime de competência, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda corresponde a 8% de suas receitas operacionais. Para a apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, a base de cálculo representa 12% das referidas receitas. Sobre estas bases somam-se ainda as outras receitas operacionais (preponderantemente as receitas financeiras).

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

c. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é reconhecida pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos

contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

6 Normas novas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo entraram em vigor após 1º abril de 2023. A Companhia, não adotou antecipadamente, na preparação dessas demonstrações financeiras.

a) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está sempre avaliando se possíveis impactos como esse e suas alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. O que até então, não é aplicável as tratativas da Companhia.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	42.898	35.410
Total	42.889	35.411

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxa de 92% a 109% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (90% a 115% em 31/03/2022).

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber - Mercado interno	198	99
Total	198	99

A composição dos valores a receber por vencimento é a seguinte:

	2024	2023
Valores a vencer	198	99
Total	198	99

9 Propriedades para investimento

	2023	Adições	2024
Terras	419.924	567	420.611
Floresta (i)	5.598	-	5.598
Total	425.642	567	426.209

	2022	Adições	2023
Terras	419.924	120	419.924
Floresta (i)	5.598	-	5.598
Total	425.522	120	425.642

(i) A informação comparativa está sendo rerepresentada, reclassificamos a floresta de ativo imobilizado para propriedades para investimento dado que está relacionado a terras que são utilizados em conjunto com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A.

Propriedades para investimento refere-se a terras que são utilizadas em conjunto com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A. para a produção de cana-de-açúcar. Referida operação é realizada na modalidade de Parceria Agrícola. O atual contrato de parceria tem vigência de 30 anos.

O valor justo das propriedades para investimento em 31 de março de 2024 é de R\$ 1.235.714 (R\$ 1.019.948 em 31 de março de 2023).

A Companhia efetua análise de recuperabilidade das suas propriedades para investimento a fim de identificar possíveis indicadores de perda. Em 31 de março de 2024, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável, desta forma, não foram registradas perdas por análise de valor recuperável.

10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2023	Adições	2024
Mais valia das propriedades agrícolas	100.758	-	100.758
	<u>100.758</u>	<u>-</u>	<u>100.758</u>

	2022	Adições	2023
Mais valia das propriedades agrícolas	100.758	-	100.758
	<u>100.758</u>	<u>-</u>	<u>100.758</u>

(b) Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes apurados com base no lucro presumido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que Companhia gera faturamento tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes retidos na fonte excedem o total devido na data do balanço.

A Companhia é optante pela tributação de seu resultado com base no lucro presumido e, portanto, não registra tributos diferidos sobre diferenças temporárias, exceto sobre a mais valia das propriedades agrícolas.

Segue abaixo o resumo da apuração do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o lucro líquido no exercício.

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	41.526	33.629
Base de cálculo do imposto de renda (8%)	3.322	2.762
Base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (12%)	4.983	4.143
Outras receitas operacionais	89	489
Base IRPJ	3.411	3.251
Base CSLL	5.073	4.632
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda (25%)	829	787
IRRF Aplicação financeira	389	
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	457	415
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>1.674</u>	<u>1.202</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.674)	(1.202)
Alíquota fiscal efetiva	(4%)	(3%)

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
IRPJ	2	1
CSLL	<u>3</u>	<u>2</u>
Saldo a pagar IRPJ e CSLL	<u>5</u>	<u>3</u>

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social está representado por 129.175.920 ações ordinárias nominativas, (129.175.920 em 31 de março de 2023) sem valor nominal. A controladora final da Companhia é a Angelina Colombo Participações S.A. com 98,2% das ações.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado da reserva legal conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrado abaixo:

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia recebeu parte do acervo líquido da Companhia Agrícola Colombo em 31 de dezembro de 2019 o qual havia custo atribuído (*deemed cost*) reconhecido como previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 27 e Interpretação Técnica - ICPC 10, ajustando assim o custo histórico dos terrenos rurais existentes em 31 de dezembro de 2010.

12 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

	Valor contábil	
	2024	2023
Ativo pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	42.889	35.411
Contas a receber	198	99
	43.087	35.510
Passivo pelo custo amortizado		
Fornecedores	-	850
Outras obrigações	3	8
Dividendos à pagar	9.465	7.700

De acordo com as características dos instrumentos acima representados, seus valores justos se aproximam dos seus respectivos valores contábeis.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimentos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023, a exposição da Companhia ao risco de crédito está atrelada integralmente a sua parte relacionada Colombo Agroindústria S.A.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como o índice de preço do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo – CONSECANA/SP utilizado para a valorização da cana-de-açúcar e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

13 Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta		
Cana	40.484	34.522
	<u>40.484</u>	<u>34.522</u>
Deduções		
(-) Impostos sobre vendas	-	-
Receita líquida	<u>40.484</u>	<u>34.522</u>

14 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

A administração da Companhia é composta pela Diretoria eleita bianualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo. A remuneração da Diretoria é feita diretamente pela parte relacionada Colombo Agroindústria S.A.

b. Transações

As transações entre partes relacionadas da Companhia restringem-se a parcela dos frutos que cabem à Companhia pela exploração agrícola conjunta com a Colombo Agroindústria S.A. (parceria agrícola). Seguindo as mesmas condições de mercado conforme preços divulgados pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo CONSECANA - SP.

A totalidade das receitas do exercício é decorrente de transações com partes relacionadas.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado, decorrem de transações de venda de cana para partes relacionadas, e foram realizadas em condições definidas entre as partes.

	<u>Ativo</u>		<u>Resultado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante				
Contas a receber				
Colombo Agroindústria S.A.	198	99		
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
Angelina Colombo Participações S.A.	(9.295)	(7.562)		
Outros	(170)	(138)		
Receita operacional líquida				
Colombo Agroindústria S.A.			(40.484)	(34.522)
	<u>(9.465)</u>	<u>(7.601)</u>	<u>(40.484)</u>	<u>(34.522)</u>

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Anderson Roberto Travagini
Rogerio Aparecido Ferreira de Azevedo

Conselheiro

Sergio Augusto Colombo
Flavio Eduardo Colombo
Marcio Benedito Colombo
Carlos Augusto Colombo
Carlos Roberto Colombo
Maria Lúcia Colombo Villas Boas
Fredy Assis Colombo

Contador

Marco Aurélio Belotti
TC CRC 149.826